

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. /2019

(Do Sr. Mário Negromonte Jr)

Solicita ao Sr. Ministro de Estado da Educação informações sobre os critérios para o contingenciamento orçamentário das Universidades Federais.

Sr. Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º Constituição Federal, combinado com os Arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, REQUEIRO que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Educação, pedido de informações, sobre a definição dos critérios utilizados para o contingenciamento do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior, em especial a Universidade Federal do Estado da Bahia, ocorridos na ultima semana se abril.

Justificação

Conforme amplamente divulgado pelos meios de comunicações as a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de Brasília (UNB) tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas. Tal medida entrou em vigor na semana passada. Os cortes atingem as chamadas despesas discricionárias, destinadas a custear gastos como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, etc.

A medida foi confirmada pelo Ministério da Educação, porém sem o devido esclarecimento e justificativa que a causa merece. O Ministro Weintraub limitou-se a informar que as instituições apontadas também estão apresentando resultados aquém do que deveriam. Disse ele: “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”. Sem no entanto citar quais rankings ou balizamentos nortearam a decisão.

Somente a Universidade Federal da Bahia, maior e mais influente universidade do estado da Bahia e uma das maiores no país, que segundo o RUF (Ranking Universitário da Folha) é a 14ª universidade em desempenho no país perdeu mais de R\$ 37 milhões.

Ressalto, ainda, que a obtenção de tais informações é condição essencial para conhecermos os critérios técnicos que definiram as escolhas e os valores envolvidos, bem como afastar, se for o caso, a possibilidade de perseguição como nos aparenta.

Sala das Sessões, 30 de abril de 2019.

DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR.